

CAPÍTULO 3

Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta quilombola em Brejo dos Crioulos (MG)¹

PEDRO HENRIQUE MOURTHÉ DE ARAÚJO COSTA²

Introdução

Em 29 de Setembro de 2011, a seguinte notícia circulava em diversos sites e redes sociais:

Três quilombolas de Brejo dos Crioulos estão, neste momento, acorrentados em frente ao Palácio do Planalto. Junto a eles, permanecem acampados cem quilombolas, que exigem da presidente Dilma Rousseff, a assinatura do decreto de desapropriação do seu território.

¹ Este artigo é uma versão resumida e brevemente modificada de alguns temas trabalhados em minha dissertação de mestrado (Mourthé, 2015). Versões preliminares deste texto foram apresentadas no III Seminário de Antropologia da UFSCAR em 2014, na V Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (REACT) e no I Seminário de Experimentações Etnográficas, ambos realizados no ano de 2015. A seção (2. *As retomadas e os documentos: a luta pelo território e a circulação de papéis*) apresenta algumas reflexões que também foram ligeiramente modificadas e estão presentes no artigo “Multiplicidades do Movimento: um experimento etnográfico sobre duas caminhadas quilombolas” (Mourthé; Alves, 2015). A pesquisa de campo foi realizada em Brejo dos Crioulos entre os meses de outubro de 2013, fevereiro, abril, maio de 2014 e janeiro de 2015. Durante este período também acompanhei as lideranças quilombolas em algumas de suas *caminhadas* nas cidades de Montes Claros e Belo Horizonte, onde frequentei algumas instituições, órgãos governamentais, conversei com técnicos, agentes estatais, militantes, agentes de pastoral, antropólogos e advogados.

² Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), mestrado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCAR), sendo atualmente aluno de doutorado da mesma instituição. É pesquisador associado do LE-E (Laboratório de Experimentações Etnográficas) da UFSCAR e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Há mais de 12 anos, os quilombolas esperam a titulação de suas terras e têm enfrentado uma série de agressões durante esse tempo³.

Tratava-se de descrição da manifestação realizada por quilombolas de Brejo dos Crioulos em Brasília. No ato, três moradores se acorrentaram em frente ao Palácio do Planalto. “Queremos a assinatura do decreto, mas também queremos a garantia de que será preparado um orçamento para fazer a desintrusão do nosso território”, reivindicou José Carlos de Oliveira Neto, Véio, uma das lideranças quilombolas presentes na manifestação⁴. Um dia após a ação, os quilombolas foram recebidos pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Na ocasião, Dilma assinou o Decreto de 29 de Setembro de 2011, que “declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território de Quilombos Brejo dos Crioulos”⁵.

A ida dos quilombolas até Brasília é apenas uma das muitas *caminhadas* realizadas durante a *luta* pela titulação do território⁶. Vítimas de um violento processo de expropriação territorial, iniciado em meados de 1930, os moradores viviam *encurralados* em estreitas parcelas de terra entre várias fazendas, com acesso restrito ao território⁷.

³ Disponível em <<http://racismoambiental.net.br/2011/09/quilombolas-de-brejo-dos-crioulos-se-acorrentam-no-palacio-do-planalto/>>, acesso em 10 de setembro de 2016.

⁴ Ibidem.

⁵ A comunidade situa-se na divisa de três municípios norte mineiros: São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia. O território quilombola é formado pelas localidades de Araruba, Orion, Ribeirão do Araçuim, Caxambu I, Caxambu II, Furado Seco, Furado Modesto, Serra D'água e Tanquinho. A certificação de autorreconhecimento enquanto remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP) ocorreu no ano de 2004.

⁶ Ao longo do texto utilizo a fonte em itálico para diferenciar expressões e termos nativos.

⁷ Em Brejo dos Crioulos o conflito fundiário foi marcado pelas ameaças e pela violência sofrida pelos quilombolas, que foram alvo de *jagunços*, pistoleiros armados e das patrulhas rurais. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos 17.302 hectares correspondentes a área total do território quilombola — conforme informações do relatório antropológico (Santos, 2004) — 77% deste percentual, o equivalente a 13.920 hectares, estavam concentrados nas mãos de nove fazendeiros. Para uma reflexão sobre a história fundiária de Brejo dos Crioulos, os movimentos de expropriação territorial vivenciados pelos seus moradores e suas conexões com outras comunidades da região, ver Costa (1999, 2012) e Mourthé (2015: 65-94).

A partir do ano de 1998, os quilombolas começam a realizar suas mobilizações na *luta pela retomada do território*, dando início a uma série de *articulações e enfrentamentos* dentro e fora de Brejo dos Crioulos com vistas ao processo de titulação⁸.

Frente à morosidade dos órgãos estatais responsáveis pelos procedimentos de regularização fundiária, os moradores de Brejo dos Crioulos têm recorrido a duas *estratégias* nos seus *enfrentamentos*: as *retomadas*, ações políticas que constituem uma linguagem de afirmação e reivindicação de direitos, nas quais são realizadas ocupações das fazendas visando pressionar o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a acelerar a titulação em curso, e a mobilização de uma *rede de parceiros* e documentos — processos jurídicos, relatórios, laudo antropológico, decretos, correspondências, notas, projetos, boletins de ocorrência etc — que circulam em diferentes instituições e nas várias instâncias judiciais, caracterizando um universo burocrático que é acionado a todo instante.

A partir da perspectiva quilombola, “para os papéis andarem” e para “garantir os direitos” é necessário realizar as *retomadas*. As ações dos meus interlocutores são feitas na expectativa dos seus efeitos no universo estatal. Os documentos só são “desengavetados” e circulam por diferentes “canais institucionais” (Morawska Vianna, 2014a), propiciando a operacionalização dos procedimentos relacionados ao processo de titulação, a partir das ações políticas dos moradores de Brejo dos Crioulos e da sua *rede de parceiros*. Na *luta* quilombola, a mobilização de documentos faz parte da ação política. A *luta*, portanto, implica a

⁸ Impulsionados pela realização de um estudo antropológico (Costa, 1999), os moradores de Brejo dos Crioulos iniciaram suas *articulações* e foi constituída uma *rede de parceiros* (pessoas e instituições) — antropólogos, advogados, organizações como a CPT, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), FIAN BRASIL, grupos de pesquisa e movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os *parceiros* atuam como mediadores, acompanhando e apoiando as movimentações dos quilombolas, circulando constantemente por Brejo dos Crioulos e fomentando suas conexões com os outros *povos e comunidades tradicionais* e outras redes, tanto no plano regional, nacional e internacional. Para uma descrição da criação desta *rede*, ver Mourthé (2015: 78-94).

movimentação dos moradores de Brejo dos Crioulos e suas famílias nas diversas ações realizadas tanto dentro do território quilombola quanto fora dele, assim como o simultâneo movimento dos papéis⁹.

Para explorar esse argumento, o artigo está organizado em três seções principais e uma quarta seção dedicada às reflexões finais. Inicialmente, tomando como ponto de partida a primeira *retomada* que ocorreu em Brejo dos Crioulos, elaboro uma reflexão sobre as relações entre estas ações e a produção e mobilização de documentos, descrevendo as teorizações dos quilombolas em conexão com trabalhos que têm se dedicado a pensar os efeitos destes artefatos na teoria antropológica e na descrição etnográfica. Dando seguimento às discussões, a segunda seção é dedicada a uma descrição etnográfica das *retomadas*. A partir da realização de entrevistas, narrativas e histórias contadas pelas lideranças quilombolas de Brejo dos Crioulos e seus *parceiros*, procuro reconstruir algumas das dinâmicas destas ações por meio da experiência vivida pelos meus interlocutores. Para tanto, procuro ressonâncias em outras etnografias do universo rural, sobretudo aquelas preocupadas com temas relacionados aos movimentos sociais rurais. Na última seção, descrevo como muitas famílias quilombolas deixaram seus lares para morar nos *barracos de lona preta*, vivendo uma rotina de movimentação e revezamento entre as *tarefas* do acampamento e aquelas relacionadas a suas moradas. A *luta* faz com que muitos passem a viver no circuito casa-acampamento. Também descrevo os efeitos dos documentos confeccionados pelos operadores do direito no território quilombola. O movimento das *liminares* implica em saídas às pressas das fazendas, na definição de *estratégias* para *manter o povo em luta* e nas

⁹ A *luta* dos moradores de Brejo dos Crioulos envolve a participação em inúmeros encontros, reuniões e mobilizações. Os deslocamentos das lideranças para outras comunidades quilombolas, indígenas e, para cidades como Montes Claros, Belo Horizonte e Brasília, são frequentes. Os *intercâmbios* e as *trocas de experiências*, articulados conjuntamente com os *parceiros*, são importantes para os moradores de Brejo dos Crioulos conhecerem outros *companheiros* que também vivenciam experiências de *luta* — indígenas, geraizeiros, vazanteiros, catingueiros, pescadores artesanais, assentados e acampados do MST. Juntos, eles refletem sobre os conflitos, elaboram suas *estratégias* e tecem suas alianças. Neste trabalho o foco da discussão será o plano das ações políticas realizadas no território quilombola de Brejo dos Crioulos. Em Mourthé e Alves (2015), elaboramos uma discussão sobre as diversas dimensões que a categoria “movimento” pode tomar em Brejo dos Crioulos e Pinheiro, descrevendo as movimentações dos moradores para além das suas comunidades.

mudanças de última hora dos locais dos acampamentos. Pretendo mostrar ao longo do texto como a *luta pelo território* em Brejo dos Crioulos é constituída, em diferentes escalas, de diversos *movimentos*.

As retomadas e os documentos: a *luta pelo território* e a circulação de papéis

Os papéis só andam com briga, com retomada. Se nós paramos, parou o processo lá. Se nós mexemos, mexeu lá. A forma é essa. Tá tudo na escadinha assim, até chegar lá em Brasília. Primeiro começou aqui e foi andando (Mazinho, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

Após o *trabalho de base* realizado pelos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das várias *reuniões* e *articulações* que contaram com a participação dos *parceiros*, foi organizada a primeira *retomada* em Brejo dos Crioulos. Na madrugada de 31 de março de 2004 aproximadamente quinhentas famílias ocuparam e montaram um acampamento na fazenda São Miguel, propriedade de Miguel Véio Filho. Este evento é tomado como um marco na invenção de uma nova *estratégia* política de luta pelos direitos territoriais:

Aí em 2004 a gente sentou com o pessoal tudo nosso e com os parceiros e fizemos uma reunião aqui na igreja, daqui da igreja nós fizemos outra no Orion, do Orion nós fizemos outra no Caxambu, e começamos o embate para pegar a terra que é nossa. Aí a gente sentou e acertou. A primeira retomada foi a fazenda São Miguel, aqui do fundo nosso. A gente fez uma mobilização que teve mais ou menos umas 500 pessoas, uma mobilização bem organizada. Aí a polícia [militar] veio, fez o B.O. [Boletim de Ocorrência] e rapidão, de 15 a 16 dias, saiu a liminar da fazenda São Miguel. Veio polícia e depois o oficial. Ele notificou a gente que a fazenda já tinha reintegração de posse e que nós tínhamos que sair. Mas nós recusamos, nós não saímos não. Porque uma luta desta, com esse tanto de gente, nós vamos topar a polícia mesmo, não vamos sair não. Aí nós ficamos lá e quando pensa que não, chegou não

sei quantas caminhonetes, ônibus, viaturas, ambulâncias, não sei quantos policiais que eram, nessa data de 2004 (Véio, morador de Brejo dos Crioulos, 2013).

Aí nós chamamos outros parceiros que já tinham conhecimento de luta pela terra né? Principalmente a CPT e o MST. A primeira fazenda que a gente ocupou foi Miguel. Lá conseguimos entrar e foi uma das maiores no início. Nós éramos umas 500 famílias. Lá, veio Helicóptero, veio os policiais por terra e eles até filmaram nós lá de cima, eles até desceram, mas não chegaram a pousar o avião né? Mas nada disso nós não assustamos não viu? Nós continuamos com a luta! (Edinho, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

No dia seguinte à ocupação, um destacamento da Polícia Militar (PM) foi até o local, fez um boletim de ocorrência, notificou os quilombolas e foi emitido um mandado de reintegração de posse por um juiz do município de São João da Ponte. A *liminar*, como dizem meus interlocutores. A notificação dos quilombolas feita pela PM e o boletim de ocorrência ampliaram o número de atores que mobilizavam documentos, tanto em favor e também contra a ação dos quilombolas — policiais, fazendeiros e seus funcionários, advogados, operadores do direito, instituições e pessoas que compõem a *rede parceiros*. Como um dos efeitos da ação de *retomada*, o primeiro documento produzido foi o boletim de ocorrência N° 238/04, transcrito abaixo, no qual é narrado o seguinte fato:

Sr. Delegado de polícia: Comparecemos a fazenda São Miguel de propriedade do Sr. Miguel Véio Filho, onde pudemos constatar que a citada propriedade foi *invadida* por um grupo de pessoas de aproximadamente 300 (trezentos) ocupantes entre homens, mulheres e crianças. A fazenda teve sua sede e demais casas, curais, etc ocupada pelos *invasões*. No local, após parlamentação pacífica com os *invasões*, foi permitido a entrada de alguns integrantes da polícia militar no interior das casas e da fazenda, onde foi feita uma varredura superficial e não foi detectado a presença de armas, a não ser de instrumentos agrícolas (foices, machados, etc.) materiais estes que não foi possível serem recolhidos. Quando a hora da *invasão*, os ocupantes da fazenda nos relatou que a invasão foi pacífica, tendo os funcionários da fazenda deixado-a ao perceberem a aproximação dos *invasões* e o possível confronto que a princípio poderia ocorrer, não se

confirmou e também não constatamos nenhum indício de fato desta natureza possa ter ocorrido e quanto aos supostos tiros, seria fogos de artifício que foram soltados pelos invasores durante a ocupação. Podemos constatar ainda as instalações físicas dos prédios e maquinários da fazenda, permanecem intactos, apesar dos invasores estarem ocupando as casas (...) Podemos verificar que a princípio ambos não estão dispostos a confrontarem com a polícia e nem com qualquer que seja o fazendeiro e segundo relato dos invasões os mesmos estão *reivindicando os direitos de uma área que supostamente seriam apossados os descendentes do grupo Afrobrasileiro denominado “Quilombolas”*, porém a promessa das autoridades vem se arrastando a anos e até hoje não se resolveu (grifos meus).

É através de um procedimento de rotina, da notificação feita pelo policial, por meio da mobilização de saberes técnico-burocráticos e da produção de um documento, que Brejo dos Crioulos — inscrito nos papéis — percorre caminhos para além do seu território. O que reforça a perspectiva de Riles (2001) para quem os documentos fornecem formas concretas às quais coletividades — neste caso os quilombolas — são levados para outros ambientes, conjuntamente com suas pautas e reivindicações. É possível descrever, seguindo os documentos e sua circulação, os canais institucionais que Brejo dos Crioulos percorre inscrito nos papéis e o alcance das reivindicações dos quilombolas.

Um dia após a *retomada* da Fazenda São Miguel, no dia 1 de abril, a CPT também mobilizou um documento, o ofício 04/2004, contendo o título “Ocupação de Terras em Araruba pela Comunidade Remanescente de Quilombo Brejo dos Crioulos”, que além de relatar a *retomada* realizada pelos quilombolas e fazer um breve histórico da situação vivida na comunidade, também exigia que providências fossem tomadas afim de assegurar o andamento dos procedimentos de titulação do território quilombola.

Em 14 de abril de 2004, ocorreu na Comarca de São João da Ponte uma audiência da Vara de Conflitos Agrários para tratar da reintegração de posse. Participaram lideranças quilombolas e seus apoiadores, fazendeiros, representantes de órgãos governamentais e operadores do direito. A audiência também marcava o primeiro contato da antropóloga responsável pela elaboração do laudo antropológico de Brejo dos

Crioulos com os moradores. Em Santos (2004: 11, grifos meus), a mesma narra os efeitos da *liminar* no acampamento:

Como disse anteriormente, meu primeiro contato com a comunidade foi travado no dia da audiência pública de reintegração de posse da Fazenda São Miguel. Quando cheguei na comunidade, cerca de 400 pessoas que ainda estavam acampadas na Fazenda São Miguel: desmontavam as barracas e capinavam a nova área onde iriam acampar — em Araruba (núcleo de moradia local), próxima à fazenda — enquanto esperavam por uma decisão judicial satisfatória. Durante todo este dia permaneci com eles na fazenda e pude conversar também com os representantes do MST que os assessoravam no tocante à organização do acampamento, assim como já os haviam assessorado quanto à organização para a ocupação da dita fazenda. Assim, nos dois primeiros dias em que visitei a comunidade fiquei principalmente na fazenda ocupada, acompanhando a *movimentação* dos quilombolas para a desocupação.

Da maneira relatada por Santos (2004), os documentos têm efeitos no acampamento e exigem a movimentação dos acampados. É seguindo o movimento desses papéis que podemos constatar que, se de um lado os quilombolas e sua *rede de parceiros*, por meio dos seus advogados, tentam *levar o processo* das instâncias judiciais municipais ou estaduais para as instâncias federais, por outro lado, os advogados dos fazendeiros e os próprios operadores do direito procuram ditar os caminhos destes documentos a partir de suas interpretações jurídicas. Tal como dito por um dos advogados com quem conversei, “Cada juiz tem um posicionamento diferente, depende das concepções ideológicas de cada juiz. É uma briga de papéis o tempo todo, é um embate”. Ainda segundo este interlocutor:

A discussão que envolve quilombos é muito recente para o judiciário. Para eles no primeiro momento é tudo Sem Terra, não levam em consideração a tradicionalidade, o direito constitucional. Aí o que acontece, a comunidade delibera que vai fazer uma retomada de uma parte do seu território que tem um título de um particular, de um fazendeiro, aí ele tem que acionar a justiça para ser reintegrado na posse. Ele aciona a Polícia Militar que vai elaborar um boletim de ocorrência para demonstrar para o juiz que eles

perderam a posse daquela área, que a comunidade fez a retomada. Com o título de propriedade o fazendeiro aciona o judiciário dizendo que é proprietário e exerce a posse. Aí a gente também fazia uma busca de documentos. E nesse aspecto a gente sempre costuma salientar que o papel dos pesquisadores é fantástico, pois dá fundamento para as peças que a gente levanta. Eu até buscava dissertações, artigos. Qualquer processo que você olhar hoje em Brejo dos Crioulos, você vai ver a dissertação do professor João Batista [Costa, 1999], todo material, até as notas que a CPT gosta de fazer, o Relatório de Inspeção da PRMG, abaixo assinado, fotografia. Tanto é que os processos ficam muito grandes por causa disso (André Alves, Montes Claros, 2014).

Na “briga de papéis” as relações de poder revelam-se nos documentos. As configurações das instâncias judiciais bem como suas posições frente ao conflito fundiário emergem das relações políticas e das *estratégias* desempenhadas por ambos, quilombolas e fazendeiros. Importante notar, contudo, que os mecanismos judiciários, na maioria das vezes, priorizam o direito à propriedade privada individual em detrimento dos direitos quilombolas. Conforme a discussão empreendida por Brustolin (2009: 208) em sua tese de doutorado:

Uma relação hierárquica se impõe entre direitos constitucionalmente reconhecidos e respeitados (direitos ambientais ou ligados ao desenvolvimento econômico, ou a propriedade individual das terras) versus o pleito por direitos das comunidades quilombolas constantemente reduzido a um problema ou fraude. Apesar de novas proposições em torno dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombo assentarem-se na interpretação de dispositivos legais, leis, decretos, normas internacionais e estudos, as demandas de grupos organizados parecem não conseguir entrar para o rol das coisas indiscutíveis: como o direito de propriedade afirmado no título devidamente registrado.

Semelhante ao observado por Mello (2011: 123), “a assunção quilombola se dá em um cenário marcado por disputas, contestações, polêmicas, confrontações e debates que motivam a produção de perícias, atestados, certificados, processos administrativos, inquéritos, petições, manifestos, relatórios de identificação e peças similares”. Lidar com

tantos documentos durante a pesquisa revelou que o próprio processo de regularização fundiária inscreve Brejo dos Crioulos em um universo de práticas jurídicas e burocráticas, incitando a reflexão sobre a importância dos documentos na descrição etnográfica¹⁰. Nessa perspectiva, parece profícua a proposta teórica de Riles (2001, 2006), que privilegia uma abordagem etnográfica onde os documentos são pensados como “artefatos paradigmáticos das modernas práticas de conhecimento” (Riles, 2006: 2, tradução minha)¹¹. E na *luta* quilombola, sua mobilização faz parte da ação política.

Na análise dos documentos é possível observar a circulação desses em diferentes instituições, a forma como são confeccionados e anexados outros documentos, bem como os saberes que são mobilizados. É possível notar que um documento dita a forma de outros, isto é, na sua confecção são acrescentados mais papéis que também conectam novos atores e instituições. Rastrear os papéis é mostrar que vários eventos relacionados ao processo de titulação de Brejo dos Crioulos são desencadeados por esses ou culminam na produção de um papel. Através dos documentos é possível acessar eventos e discursos importantes, mas também — e sobretudo — realizar uma descrição política capaz de mostrar as relações de poder que acionam os documentos, os efeitos de sua circulação, bem como as técnicas, saberes e noções mobilizados pelos vários atores envolvidos no processo de regularização fundiária.

¹⁰ Não é minha intenção neste texto realizar uma discussão aprofundada sobre a minha experiência etnográfica. No entanto, é importante apontar, como descrito em Mourthé (2015), que durante a realização do trabalho de campo meus encontros com os documentos foram frequentes. Quando eu não perguntava a meus interlocutores sobre a existência de papéis relacionados a Brejo dos Crioulos, eles próprios comentavam sobre os documentos e os apontavam como fontes de pesquisa. No quilombo, os moradores guardavam com cuidado vários documentos, sobretudo os *documentos da luta* — jornais, boletins, cartas políticas, manifestos — através dos quais eles narravam suas histórias, relatavam suas *andanças* e sua participação na *luta*. Seguir os quilombolas implicou em seguir uma enorme “trilha dos papéis” (Morawska Vianna, 2014b). No decorrer desta seção, pretendo demonstrar que algumas das questões suscitadas pelas etnografias dos documentos, têm ressonâncias com as teorizações dos quilombolas sobre estes artefatos, já que para eles, suas ações são feitas na expectativa de seus efeitos no universo estatal.

¹¹ Para uma revisão sobre etnografias que têm se dedicado a refletir sobre os documentos por meio de diferentes abordagens, épocas e contextos etnográficos, ver a coletânea organizada por Riles (2006) e o artigo de Hull (2012). No âmbito da antropologia produzida no Brasil, além dos trabalhos já mencionados no decorrer do texto, ver, por exemplo, Cunha (2004), Ferreira (2013), Lowenkeon e Ferreira (2014), Munhoz (2013), Perin (2013), Pinto (2015) e Vianna (2014).

O trabalho de campo em Brejo dos Crioulos possibilitou-me compreender melhor a relação entre as *retomadas* e os documentos para os meus interlocutores. Nesta perspectiva, de acordo com uma liderança que participou de várias dessas ações: “Nós estávamos com os papéis tudo amontoados e nunca que andava né? Não saía das gavetas e entrava para as outras gavetas, só ficavam engavetados. E nós resolvemos partir para a luta”. Ele continua:

Para os papéis andarem, ter andamento, nós tínhamos que, nós falamos assim, a caixa preta para andar tinha que bater, tinha que empurrar. Para os papéis andarem a gente teve que partir para os conflitos. Para garantir as coisas, o direito nosso e para desengavetar os papéis, para sair de uma entidade e ir para outra lá em cima né? Por exemplo, estava em São João da Ponte e de lá ia para Montes Claros. De Montes Claros para Belo Horizonte, de Belo Horizonte para Brasília. Ai nós tivemos que entrar e partir para a luta (Edinho, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

A narrativa acima permite compreender que, para os quilombolas, é através das *retomadas* que os papéis e os documentos circulam pelas instituições. Quanto mais eles vão avançando na *retomada do seu território*, os processos (administrativos, criminais, agrários) saem da instância municipal e seguem para as instâncias e instituições estaduais e federais, aumentando as conexões dos quilombolas e o alcance de suas reivindicações. As lideranças também percebem a circulação e visualizam o trajeto dos papéis para além do seu território:

Os documentos ficam em vários lugares, fica um no INCRA, outro na Fundação Palmares, mas eles só saem de um lugar para o outro quando tem as retomadas. Quem estava na hora do embate da polícia, dos pistoleiros e fazendeiros, era eu que estava acompanhando. Então eu fiquei *seguindo o papel, acompanhando o papel* (Véio, morador de Brejo dos Crioulos, 2014, grifos meus).

Os discursos das lideranças evidenciam que estes percebem as conexões e o alcance das instituições que são mobilizadas assim como os canais institucionais percorridos. Os moradores de Brejo dos Crioulos

têm clareza de que, para os “papéis andarem”, é preciso fazer as *retomadas*. E foi assim que eles realizaram várias destas ações políticas desde o início do processo de regularização fundiária. Segundo Rainha (2013: 61) “em um período de oito anos (2004 a 2012) ocorreram mais de 15 ações desse tipo e, em consequência, mais de quinze reintegrações de posse obtidas pelos fazendeiros contra as famílias quilombolas”.

Estas ações nos permitem refletir sobre o acionamento e funcionamento da *rede de parceiros*, já que um mesmo evento mobiliza *estratégias* em locais diferentes. Enquanto os quilombolas realizam as *retomadas*, os seus advogados também mobilizam documentos — processos jurídicos — na tentativa de *derrubar a liminar*, ou seja, o mandado de reintegração de posse. O contato entre ambos é muitas vezes feito pelo telefone celular, que também conecta outros atores, define *estratégias* e por onde são feitas as denúncias que acabam circulando pela *rede* e materializando-se em outros documentos, como as notas da CPT que divulgam as ações dos quilombolas e as violações e ameaças sofridas por estes. Nesta perspectiva, a *rede* deve ser encarada como uma forma de fazer política, onde relações em potência são acionadas pelo entrelaçamento de pessoas, saberes e coisas. São nas práticas, nas ações e nos encontros que a *rede de parceiros* vai tomando forma, assim como sua dinâmica e as suas conexões¹².

A próxima seção será dedicada a uma descrição etnográfica das *retomadas*. A partir da realização de entrevistas, narrativas e histórias contadas pelas lideranças quilombolas de Brejo dos Crioulos e seus *parceiros*, procuro reconstruir algumas das dinâmicas dessas ações por meio da experiência vivida pelos meus interlocutores. Para tanto,

¹² Nesta descrição etnográfica a *rede de parceiros* é um conceito nativo. Não se trata de um conceito analítico, o que não nos impede de traçar conexões com autores que propõem discussões relacionadas ao tema. Desse modo, dentre as várias contribuições da proposta teórica de Latour ([2005] 2012), podemos destacar o princípio da heterogeneidade do que o autor denomina como “redes sociotécnicas”, tecidas pelas associações e conexões entre vários elementos: pessoas, coisas, artefatos. De forma análoga, Morawska Vianna (2014a: 32), ao descrever etnograficamente relações institucionais, enfatiza como coisas materiais e pessoas “se permeiam para compor saberes, mundos, relações”. A *rede* é composta pela multiplicidade de elementos — pessoas, documentos, e-mails, telefone celular e as ferramentas, usadas nas *retomadas* — sendo que estes não são pensados como meros “intermediários” (Latour, [2005] 2012) tampouco apenas como meras “coisas físicas que circulam” (Morawska Vianna, 2014a). O interesse aqui é refletir sobre os efeitos destes elementos, que acabam sendo ressignificados politicamente na *luta* quilombola e na mobilização da *rede*.

não me deterei a uma ação específica. Ao fazer isso, procuro ressonâncias em outras etnografias do universo rural, sobretudo aquelas preocupadas com temas relacionados aos movimentos sociais rurais, ocupações, acampamentos, assentamentos e suas relações com o Estado, agentes e instituições.

Da cerca pra cá: a vida nos barracos de lona preta

Para iniciar a discussão, retomo o conceito de “forma acampamento”, elaborado pela antropóloga Lygia Sigaud (2000). Em sua teoria, a autora que afirmou sua inspiração em Leach ([1954] 1996), argumenta que as ocupações são formas de ação coletiva que possuem “aspectos ritualizados” e se constituem “numa linguagem pela qual indivíduos fazem afirmações simbólicas” (Idem, 1996: 85). No seu caso etnográfico, “o ato de instalar um acampamento em um engenho é a forma apropriada de “dizer” que aqueles que o ocuparam desejam que seja desapropriado. Incra, movimentos, padrões e trabalhadores partilham o consenso de que é isso que está sendo dito por meio de um acampamento” (Idem, 1996: 85). Sigaud (2005: 256) argumenta que “as ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado”, sendo comum que os participantes destas ações mobilizem um vocabulário próprio, onde a expressão “ocupar” geralmente é empregada por quem participa do “movimento” ao invés do termo “invadir”, mobilizado pelos jornais, policiais, fazendeiros e por operadores do direito¹³.

¹³ Tal como chamou atenção Comerford (1999: 128), “é preciso observar que há toda uma luta em torno da classificação e nomeação dessas formas de ação, que diz respeito à legitimação ou deslegitimação da mobilização, de seus organizadores e suas bandeiras de luta”. A evidência mais clara disso é a polêmica em torno da atribuição do nome de “ocupação” ou de “invasão” (de fazendas ou de órgãos públicos), dependendo de quem esteja nomeando o evento e do contexto em que isso é feito.

De acordo com Macedo (2005: 1-2), as pesquisas empreendidas por Lygia Sigaud na década de 1990 “são referências teóricas fundamentais para o estudo dos acampamentos”. O autor informa que os trabalhos mais recentes “vêm mostrando a existência de uma relação direta entre as ações de ocupação de terra e a efetivação de assentamentos rurais” (Idem, 2005: 1).

Essa linguagem ou forma social tem seus próprios processos de constituição, com uma tecnologia de mobilização de famílias e realização de ocupações que comporta variações de acordo com as conjunturas específicas; possui as lonas (para cobrirem as barracas) e bandeiras (que indicam a instituição que organiza o acampamento) como principais símbolos e um modelo de organização social próprio, que vem se transformando ao longo do tempo, também com variações caso a caso (Idem, 2005: 1-2).

Para Loera (2006, 2009, 2015), outra autora que tem se dedicado a essa temática, as “ocupações de terra e a instalação de acampamentos tornaram-se eventos cotidianos e parte da paisagem rural do Brasil” (Loera, 2009: 73). Rosa (2009: 95), por sua vez, influenciado pelas reflexões de Sigaud (2005: 95) e de outros autores, caracteriza como “forma movimento”:

Uma forma específica de conflito, enunciado nas formas de movimento e *ocupação*, que foi se estabelecendo em diversas áreas do país como uma maneira legítima de relação entre agentes do Estado e outros grupos organizados que demandam sua atuação.

Rosa (2004, 2009) também afirma que os trabalhadores que se envolvem no mundo das ocupações e acampamentos e participam das diversas atividades que compõem este universo — sempre em contato com outras lideranças, militantes e agentes de pastoral — acabam incorporando diversos elementos da “forma movimento”. Para o autor (Rosa, 2009: 109), a importância do MST não se restringe à “matriz de um modelo, mas por seguir reinventando inúmeros aspectos dessa linguagem em outras frentes, ao expandir sua presença e sentido para além do seu objeto originário — isto é, a terra”.

Todos estes estudos trazem elementos importantes para a compreensão do processo de *retomada do território* em Brejo dos Crioulos, sendo possível traçar aproximações etnográficas em diferentes aspectos. Entretanto, nenhuma destas etnografias referiu-se à *luta* quilombola. Como sintetizou um dos agentes da CPT durante uma entrevista:

O MST ele trabalha em uma perspectiva assim, o pessoal entra na fazenda, vem de outras comunidades e fica vivendo e morando ali. No caso do Brejo é um pouco diferente porque o pessoal já mora lá, eles vão retomar as fazendas e tem que ter uma organização para eles ao mesmo tempo manterem a vida deles nas roças onde eles moram e manterem viva a retomada (Alemão, CPT, Montes Claros, 2014).

Desse modo, mesmo que os moradores de Brejo dos Crioulos utilizem a “forma acampamento” em suas ações políticas, eles têm clareza sobre as diferenças entre a *luta* dos trabalhadores rurais do MST e aquela empreendida por eles no âmbito do processo de *retomada do território* quilombola. Os depoimentos abaixo reforçam esta afirmativa:

Nós quilombolas geralmente não somos igual Sem Terra não, geralmente o quilombola tem a casa dele, ele não tem é o espaço dele. A terra é nossa. Pode ser produtiva ou pode não ser, mas nós estamos retomando a terra nossa. Nós ocupamos, mas só ocupamos fazendas que são da área quilombola, nós nunca ocupamos fazenda que não são da área quilombola. Estamos retomando. Se nós temos nossos direitos, vamos brigar pelos nossos direitos até nós conseguirmos (Mazinho, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

E na luta pela terra que nós falamos, para chegar nesse ponto que está hoje, a gente teve que avançar nas fazendas, entrar como Sem Terra, fazendo o papel de Sem Terra mas pelo direito nosso, direito de quilombola (João de Papa, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

Amparados nos direitos quilombolas¹⁴ e no decreto de desapropriação assinado pela presidenta Dilma, os moradores de Brejo dos Crioulos realizaram várias *retomadas*. Homens, mulheres, crianças, jovens e idosos deixaram suas casas para morarem em baixo dos *baracos de lona preta* nos acampamentos. Juntos eles partiam para as *caminhadas* levando consigo suas *ferramentas*, suas *trouxas* e a esperança de garantir de volta o território invadido pelos fazendeiros¹⁵.

Antes das ações eram combinados *encontros* ou *reuniões*, momentos importantes para a definição das *estratégias*, conduzidos pelos encarregados da *linha de frente*. Loera (2009: 75) descreve que no estado de São Paulo esses momentos são chamados de “reuniões da terra” ou “reuniões de preparação”. Macedo (2005) relata que os militantes caracterizavam como “reuniões da frente de massa”. Nequinha, morador de Brejo dos Crioulos que participou ativamente destas ações, explicou a importância destes momentos:

¹⁴ Em virtude de uma ampla mobilização, impulsionada por diversas entidades do Movimento Negro, pela ação de militantes e por outros atores, foi fixado o reconhecimento dos direitos territoriais aos remanescentes de quilombos por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Na literatura consultada, vários estudos apontam para as disputas interpretativas atribuídas ao artigo 68-ADCT que ocorreram em um intenso período de discussões realizadas com a mobilização de vários movimentos sociais, incluindo o Movimento Negro e o Movimento Quilombola, instituições, antropólogos — por meio da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) — juristas e outros apoiadores. Como chamou atenção Arruti (2006: 52), a participação dos antropólogos, que “atuaram como mediadores entre diferentes campos prático-discursivos”, possibilitou a “ressemantização” da definição histórica do termo quilombo, fundamentando as lutas das várias comunidades negras rurais que passaram a reivindicar direitos territoriais. A intensiva participação dos antropólogos na elaboração dos RTID’s (Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação) e no trabalho de assessoria às instituições, às comunidades negras rurais e ao próprio Movimento Quilombola, marcou os debates, as tensões e as disputas relativas à efetivação dos direitos quilombolas. A multiplicidade de questões impulsionou a realização de um grande número de trabalhos acadêmicos, contemplando temas muito diversos. Alguns estudos que propõem reflexões aprofundadas sobre as disputas em torno da categoria remanescentes de quilombos, incorporação de fatores étnicos na autodefinição coletiva, lutas pela efetivação dos direitos quilombolas, bem como distinções entre os conceitos território, territorialidades e noções correlatas são, por exemplo: Almeida (2002, 2008, 2009); Arruti (1997 e 2006); Chagas (2001); Duprat (2007); O’Dwyer (1995 e 2002); Leite (2001 e 2010); Lima (2012) e Figueiredo (2011). Em um esforço de mapear as principais obras produzidas nas ciências sociais sobre essa temática, Plínio dos Santos (2010) realizou um extensa revisão bibliográfica situando os principais debates e eventos relacionados ao tema.

¹⁵ As *trouxas* são feitas com panos e também com sacolas plásticas, servindo para transportar roupas, panelas e outros utensílios que eram levados para as ocupações.

Na organização das retomadas a gente marcava os encontros, as reuniões. Por exemplo, lá no cemitério quilombola perto da barriguda, perto de uma cancela que tem lá. Pra lá da outra fazenda do Raul. Muitos encontros foram no cemitério. Aí nós definíamos nossa estratégia e tinha os linhas de frente. E quando os de linha de frente iam, quando soltavam os foguetes, dois foguetes, nós chegávamos junto. A linha de frente ia ocupar primeiro, eram de 12 a 14 pessoas. Os outros ficavam aguardando soltar os foguetes. O foguete era um sinal. Aí todo mundo ia com as foices, machados, tudo arribado! E cantando as músicas! Em festa! (Nequinha, Brejo dos Crioulos, 2014).

As canções, sempre entoadas pelos moradores durante suas mobilizações, tanto nas *retomadas* quanto em outras *caminhadas*, falam em suas letras de temas do cotidiano, história, religiosidade e da *luta* quilombola.

Não queremos guerra queremos é trabalhar
eu já disse o ditado, terra é de quem plantar!
Se sente, quilombo está presente.
Na luta pela terra ele nunca esteve ausente!
Se sente, quilombo está presente,
Na luta pela terra ele nunca esteve ausente!
Reforma agrária quando? Já! Quando? Já!

Quilombo, Quilombo, não vive cansado, melhor viver lutando do
que ser escravizado!
Quilombo, Quilombo, não vive cansado, melhor viver lutando do
que ser escravizado!
Nós somos dos quilombos, viemos para lutar, com dignidade a
terra conquistar, nós somos a raiz de um povo sofredor, quilombo
dos palmares é o nosso protetor!

Acompanhadas pelas *rezas* e pelo *batuque*, as canções eram puxadas pelas *lideranças religiosas*, que muitas vezes ficavam responsáveis pela *mística*. O *batuque* está presente em várias comunidades negras rurais da região. Também chamado de *batuco* pelos moradores de Brejo dos Crioulos, a *brincadeira* é formada pelos dançarinos e pelos tocadores de pandeiro, triângulo e da *caixa*, um pequeno tambor feito com couro de animal e madeira. Uma grande roda se abre e todos vão cantando no

ritmo de versos. Homens e mulheres de todas as idades vão entrando na roda e sapateando em pares. Geralmente a pessoa que está no centro da roda convida outra pessoa para entrar e *batucar*. Em todas as *caminhadas* que acompanhei os quilombolas durante a pesquisa, o *batuque* estava presente nas suas mobilizações. Nos eventos na universidade e em outras instituições, nas manifestações, encontros e audiências. O *batuque* é componente do fazer político quilombola¹⁶.

Na *organização* das *retomadas*, a entrada nas fazendas na maioria dos casos relatados ocorreu na parte da noite ou na madrugada, no entanto, houve entradas durante o dia. As *ferramentas*, utilizadas no trabalho na roça, eram, em sua maioria: *enxada*, *enxadão*, *foice*, *forquilha*, *machado*, *facão*, *grupão*, *gancho*, *chuveiro*, *cavadeira de boca*, *cavadeira comum* e *vassoura*. Cada uma tinha sua importância nos acampamentos. A *foice* era utilizada para “fazer o roçado”, tirar o “mato grosso e a malva”, o que consistia em limpar o local onde seria construído o *barraco* e posteriormente preparadas as *roças*. Nessa etapa, outra *ferramenta* usada era o *gancho*, que servia para juntar os ciscos e fazer a *coivara*. Com a *enxada*, os quilombolas capinavam a área e depois recolhiam a *coivara*. Em seguida, com a *vassoura*, eles varriam o local. A *cavadeira comum* era usada para fazer os buracos onde seriam “assentadas as forquilhas”. O número de buracos feitos dependia do tamanho dos *barracos*. Os maiores eram feitos com seis a nove buracos, já os menores com quatro buracos. O *machado* era usado para cortar as madeiras e fazer as *forquilhas* e o *varão*, que compunham a estrutura dos *barracos*. Sua confecção era feita com a madeira retirada na própria fazenda ou, no caso dos quilombolas que dispunham de meios de transporte e carga, eram trazidas de suas próprias casas ou de locais próximos destas¹⁷. Com a *cavadeira de boca* era retirada a terra dos buracos, o que também poderia ser feito utilizando o

¹⁶ Para uma descrição aprofundada dos vários *festejos* e *brincadeiras* que acontecem nas localidades de Brejo dos Crioulos, ver Costa (1999) e Rocha (2010).

¹⁷ Este é um ponto interessante relatado pelos meus interlocutores, o fato de possuírem casa no território, “um ponto de apoio”, como diziam os moradores, reforçando a diferença da *organização* dos Sem Terra. Na seção seguinte descreverei a dinâmica das movimentações entre a casa e o acampamento, entretanto, adianto que o fato de possuir um local de moradia no quilombo não diminuía os esforços demandados, já que com as *retomadas* o local de moradia passava a ser o *barraco de lona preta*.

enxada. A falta das *ferramentas*, contudo, parecia não ser um empecilho: “Quando não tem a cavadeira de boca a pessoa deita no chão e tira a terra com a mão mesmo”.

Após a montagem da estrutura, a última etapa consistia em *rebuçar o barraco*, ou seja, fazer o telhado, que na maioria das vezes era feito com a *lona preta* e, na ausência do material, utilizava-se o próprio capim para a cobertura das instalações. O capim também servia para cobrir a *lona* como forma de conservar o plástico e proteção da friagem. A construção dos barracos e montagem do acampamento ocorrem por meio de um trabalho coletivo. Vale mencionar que antes do início dessas atividades, muitas vezes era previamente definida uma *comissão de infraestrutura*. Os encarregados desse setor estudavam e planejavam os melhores locais da fazenda para montar o acampamento. Era importante, por exemplo, verificar a existência de “uma beira de água, boa para fazer horta” e “de terrenos bons para fazer roça”.

No interior dos *barracos* eram feitos os *fogões de enchimento*, utilizando barro ou adobe. As cozinhas geralmente eram individuais, cada família tinha a sua. Entretanto, o espaço da *sede* da fazenda era utilizado coletivamente, tanto para refeições, *reuniões* e hospedagem. Como me contou Piúcha, um dos participantes da *organização* dos acampamentos, “Cada família podia ter o seu fogão e fazer seu alimento, mas é sempre um mutirão, um chega no barraco do outro e come um pouco, é tudo na união”.

Seguindo o formato das ocupações do MST, os *barracos* eram alinhados, formando ruas paralelas e geralmente divididos de acordo com os grupos familiares. Entretanto, existiram aqueles que abrigavam pessoas sozinhas. As bandeiras para identificar a *retomada* eram aquelas próprias dos quilombolas, como a bandeira da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos. Isso porque a bandeira serve para dizer que “a luta política é dos quilombolas. Porque se você levanta uma bandeira do movimento, você está dizendo que era o MST que estava vindo fazer as ocupações. E nós não estávamos fazendo, nós estávamos enquanto parceiros. A luta era de Brejo”, enfatizou um interlocutor.

Após a montagem do acampamento havia uma divisão do trabalho que era feita seguindo a criação de grupos, que por sua vez, eram divididos em setores ou comissões, como por exemplo: segurança,

infraestrutura, mística, alimentação, saúde, correria (ou externo), educação etc. Cada grupo possuía um coordenador ou coordenadora, responsável por manter a comunicação com o *coordenador do acampamento* e com os demais coordenadores:

Isso de grupo é para você não generalizar as coisas. Por exemplo, aconteceu um problema aqui, mas isso tá mais na área da saúde, entendeu? Então você vai sentar com o coordenador de saúde. Qualquer assunto que você vê um problema você já tem a quem recorrer dentro da comunidade. De acordo com o que acontecesse você já sabia com que grupo você iria conversar. Você não precisa falar com todo mundo do acampamento, não é preciso de chamar assembleia toda hora para conversar sobre um assunto. Tem assunto que pode ser resolvido ali, com aquele grupo só (Ticão, Brejo dos Crioulos, 2014).

O *coordenador do acampamento* é uma figura política muito importante na dinâmica das *retomadas*. Ele é o responsável pela organização da área e pela fiscalização dos trabalhos; pelas negociações com a polícia e pelas conversas com os *parceiros* e instituições; e por manter a comunicação com os outros moradores da comunidade fazendo os *repasses* durante as assembleias e reuniões da Associação Quilombola. Em Brejo dos Crioulos, vários *coordenadores de grupos* acabaram se tornando importantes lideranças da *luta* quilombola.

A fiscalização do trabalho dos grupos também era uma tarefa importante. Cada um tinha sua devida importância dentro da ocupação. Nequinha, participante ativo de várias *retomadas*, foi integrante dos setores da *correria* e da *mística*. De bicicleta, de ônibus ou até mesmo a pé, ele percorria longas distâncias do acampamento até a localidade de Araruba, onde era encarregado de atender o *orelhão*, guardar e repassar os recados, e também chamar as pessoas solicitadas nas ligações¹⁸. A função assumida exigia “muito movimento”, várias idas e vindas. Quando era encarregado de realizar alguma das *tarefas* do setor

¹⁸ Nas primeiras ações, quando o telefone celular não era tão acessível como nos dias atuais, o telefone público também era acionado para mobilizar a *rede de parceiros*.

de *alimentação*, Nequinha seguia em suas *andanças e correrias* em busca de doações de mantimentos para garantir o sustento do acampamento. Nas suas *tramas*, a criatividade era um atributo essencial:

Eu ia longe caçar alimentos para ninguém sair do acampamento. Eu tinha que me virar, eu fazia uma trama engraçada, eu cantava as músicas em São João da ponte, no Assa Peixe, nos postos de saúde. Eu ganhava farinha, rapadura, açúcar. Eu pedia para mim, mas era tudo para o acampamento. Aí ganhava o arroz de um, fava de outro, um tiquinho de um, um tiquinho de outro. A Maria fazia biscoito aí eu levava para o acampamento. A alimentação era mais para aquelas pessoas que ficavam lá e moravam no acampamento, porque muitos voltavam para suas casas. Eu trazia laranja, abacate, açúcar, café, de tudo que eu trazia na bolsa eu levava para o acampamento (Nequinha, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

Nos trabalhos do setor de *mística*, as *lideranças religiosas* eram encarregadas do *batuque*, das apresentações, cantos e da música de viola, “momentos de alegrar e animar o povo”. Paula, que participou destas atividades, contou que:

Nas retomadas, toda fazenda que a gente chegava e a gente ocupava, tinham as lideranças e cada uma tinha uma função a fazer. A comunidade aqui de Caxambu, para a cultura é a comunidade de Caxambu. Além de música de viola e o batuco que é de caixa. A comunidade de Caxambu é o centro da cultura de Brejo. Em todas as ocupações tinha o batuco. A gente acendia aquela fogueirona e dançava. Era noite ou era dia, sempre tinha o batuque. O povo de Caxambu ia fazer o batuque e voltava para casa. Os que já estavam nos barracos ficavam (Paula, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

Assim como a batida das *caixas* nas *rodas de batuque*, as músicas cantadas pelos quilombolas no âmbito das *retomadas* e em outros espaços políticos fora do quilombo, fazem parte do fazer político e são constituintes da *luta*. “E se tiver luta, tem batuque, tem festa, o povo aqui não desanima não”, contou-me Nercesa, moradora de Orion e umas das lideranças que participou de muitas *caminhadas*. Ela também explicou sobre a dinâmica dentro dos acampamentos:

As famílias iam fazendo seus barracos e ficavam ali dia e noite. Então tinha a guarda. Às vezes as mulheres faziam a comida, ficavam na parte da cozinha e também faziam a guarda de dia, pois de noite ninguém iria colocar uma mulher na guarda, né? Enquanto uns dormiam os outros ficavam vigiando. Tudo em revezamento. Quando ali estava quente, tinha que ser assim. E sempre esteve (Nercesa, moradora de Brejo dos Crioulos, 2014).

Na dinâmica dos grupos, aqueles que ficavam responsáveis pela *segurança* tinham que ficar bem atentos. Quem ficava na *guarda* geralmente não dormia. Era preciso estar de prontidão e vigiar quem entrava e saía do acampamento. O grupo geralmente se articulava com outros grupos já que, quando os responsáveis pela *guarda* estavam cansados, eles revezavam com outros acampados, como descreveu Nercesa.

Uma das *tarefas* importantes daquele setor era a *quebra de fogos*. Quando a polícia chegava até o acampamento ou quando ocorria algo fora da rotina, soltavam-se foguetes para sinalizar aos outros moradores do território quilombola. O barulho dos fogos causava *movimentação de gente*. Os motoqueiros geralmente são os primeiros a chegar ao local, eles vão *assuntar* o que está acontecendo.

Por exemplo, se soltou foguete lá onde você foi hoje, lá na Carla [Caxambu II], nós escutamos daqui. E quando eles soltam lá, eles soltam bem pro alto para estourar. Aí sempre desce um motoqueiro primeiro, vai lá assuntar e já volta avisando para o povo o que aconteceu. Aí vai descendo um monte de gente para lá (Nequinha, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

Outra preocupação recorrente nas *retomadas* relacionava-se com as condições de saúde dos envolvidos nas ações. “Porque na luta vai todo mundo, mulher, homem, velhos, crianças. Tem sempre uma preocupação com a saúde, né? Se tem alguém que toma remédio controlado, alguém que machuca. É preciso ver quem fica responsável pelo setor de saúde”, explicou um militante do MST. As *tarefas* do setor consistiam na coleta de remédios para a farmácia do acampamento e no cultivo de uma horta medicinal.

O setor de *educação* também exigia movimentação daqueles encarregados pelas tarefas. Os responsáveis pelo trabalho muitas vezes precisavam se deslocar até as escolas do quilombo para conversarem e convencerem os professores a liberarem os alunos para participarem das atividades dos acampamentos sem que “botassem falta para os meninos”. Além disso, precisavam mobilizar a criatividade e propor atividades e brincadeiras para os jovens e crianças, dentro dos acampamentos. Eram organizadas *noites de cultural*, festas, dinâmicas, sessões de cinema.

A descrição do funcionamento dos grupos e das *tarefas* demonstra a complexidade da *organização* das ocupações e dos acampamentos. Como observou Loera (2009: 74-75), a circulação de ajudas, por meio das “redes de conhecidos e familiares”, característica do *trabalho de base* e da dinâmica das ocupações, possibilitam que “esses espaços — os acampamentos — configurem-se como um lugar de troca onde fortalecem os laços sociais de parentesco, vizinhança e amizade, e onde outros se criam e se recriam, formando novas redes sociais” (Idem, 2009: 92). Esses laços acabam sendo mantidos e se estendem as atividades reivindicatórias (Macedo, 2005), sendo fundamentais para garantir a *união* e o funcionamento dos grupos nas *retomadas*. No entanto, como mencionavam os militantes no *trabalho de base*, “ocupar não é difícil, o negócio é resistir, eles têm que vencer pelo cansaço, quem cansar primeiro perde!” E mesmo que exista uma “forma acampamento” ou uma *metodologia* em relação a estas ações — que são pensadas “a partir de cada região, contexto, e correlação de forças” — a conjuntura pode mudar a qualquer momento. Resistir nos acampamentos depende de saber “analisar a conjuntura” e da definição de *estratégias*, que precisam ser rápidas como a velocidade das *liminares* que circulam no Poder Judiciário e chegam até o território quilombola. Resistir nos acampamentos depende também das movimentações das famílias no âmbito das *retomadas*, do “movimento dos papéis” e da chegada das *liminares* nos acampamentos.

Movimento das famílias, movimento dos papéis

Assim como já relatado na seção anterior, na *luta pelo território*, muitas famílias deixam seus lares e seguem para morar nos *barracos de lona preta*, vivendo uma rotina de movimentações e revezamento entre as *tarefas* do acampamento e aquelas relacionadas às suas moradas. A *luta* faz com que muitos passem a viver no circuito casa-acampamento.

Como informou-me Seu Josino, morador de Brejo dos Crioulos, “saía de uma e entrava em outra, nós ficamos foi meses de baixo de plástico aí de lona, de lona preta, que chegava a feder”. Uma das características das ocupações era a circulação de moradores e das famílias. Quando todos os membros de um determinado grupo familiar não podiam participar dessas ações, sempre havia um revezamento. Em muitos casos a mulher ficava em casa cuidando dos filhos enquanto seu marido ia morar nos *barracos*, ou no sentido inverso, quando o marido tinha que ficar na casa devido ao trabalho na *roça*. Entretanto, houve vários relatos de famílias inteiras que deixavam suas casas para morar nos acampamentos. Esse foi o caso de Paula, que relatou sua experiência:

Por exemplo, meu marido não deu para sair daqui, deixar as crianças sem cuidar né? Então eu fui lá para os barracos com minhas meninas e meninos, a menina Vitória estava com três meses, tinha acabado de nascer, ela aprendeu a caminhar, foi lá. Era sempre esse *movimento*, era aqui na casa e lá no barraco (Paula, moradora de Brejo dos Crioulos, grifos meus).

O *movimento* descrito por Paula fazia parte da dinâmica das *retomadas*. Muitas pessoas passavam o dia no acampamento e voltavam à noite para suas casas:

No período que nós estávamos no acampamento até o período que veio a liminar para nós sairmos, todo mundo ficava ali, só saía depois que vinha a liminar para sair do acampamento, aí sim todo mundo saía. Era lá diretamente. Por exemplo, meu pai não podia voltar, mas mãe às vezes vinha para casa, para corrigir as coisas e ver como estavam os filhos que ficaram em casa (Francisca, moradora de Brejo dos Crioulos, 2014).

As possibilidades de permanência dentro das fazendas *retomadas* eram sempre instáveis. Isto porque a ameaça de chegar uma *liminar* a qualquer momento fazia com que todos ficassem receosos, a incerteza pairava no ar. Era preciso *dar um tempo* e esperar:

Porque sempre tem liminar e nós não podíamos ficar perdendo as roças. Eu não sei o que os fazendeiros fazem, mas eles sempre fazem uns ajeitos e a gente não consegue ficar, a gente sempre sai. Já perdemos muita plantação, perdemos feijão floreando. Já ficamos seis meses lá em Albino e perdemos feijão, milho, tudo. Eles soltaram gado. A primeira que nós ocupamos foi em 2004, Miguel. Aí saiu a liminar e nós fomos para a de Raul, e quando chegou em Raul saiu liminar também e nós não tínhamos como voltar e a luta continuou. E nós viemos para cá [Acampamento]. Aí em 21 de setembro de 2004 o juiz veio e falou que nós podíamos ficar, foi ali na sede da associação, no Acampamento (Nercesa, moradora de Brejo dos Crioulos, 2014).

O medo de perder as *roças*, relatado por Nercesa e outros moradores, que muitas vezes eram destruídas pelo gado dos fazendeiros, e o *movimento* de entrada e saída das fazendas, causado pelas *liminares*, são preocupações recorrentes dos participantes das *retomadas*. Em outro depoimento, Noel, morador de Brejo dos Crioulos, também descreveu os efeitos do “movimento dos papéis” na dinâmica dessas ações. Abaixo segue um trecho da conversa que tive com esse interlocutor, a fim de trazer outros elementos:

No começo quando ocupava já vinha liminar para sair. Quando nós ocupávamos, no outro dia a polícia vinha para fazer o boletim de ocorrência. A partir desse dia, dentro de vinte, trinta dias, já vinha liminar para a gente sair. Aí a gente saía e carregava a trouxa na cabeça para ir para outro canto. E como não tinha tempo de armar barraco a gente dormia era no sereno. Dormia no sereno porque você arrancava daqui de uma fazenda para desocupar e chegava lá e nem dava tempo de montar o barraco para dormir. Então tinha que dormir, e cozinhar era de baixo dos paus. As mulheres levavam panela, colchão, carregavam tudo na cabeça. Tinha muitas crianças também. As comidas eram todas coletivas. De primeiro quando você pegava o prato para comer e quando você olhava para a estrada, tinha que largar o prato.

Foi duro aqui! Pistoleiro aqui não deixava ninguém dormir de noite, era rodando aqui nessas áreas todas. Ameaçando a gente, indo nos bares armados (Noel, morador de Brejo dos Crioulos, 2014).

Apesar de tanto *sofrimento* e frente a todas essas adversidades, o lema “ocupar, resistir, produzir” era levado a sério pelos quilombolas, que começavam a fazer as *roças* e transformar a paisagem. Gilberto, outro morador de Brejo dos Crioulos, contou entusiasmado durante uma tarde de conversa, “Só o grupo nosso que era umas doze pessoas, nós plantamos na base de uns quatro hectares de roça”. As diferenças na paisagem são visíveis. O capim que *segura a terra*, associado ao gado, componente da paisagem da monocultura nas *mangas* das fazendas, vai cedendo lugar às várias culturas: arroz, abóbora, feijão, fava, maxixe, melancia, milho e as hortas. Dona Isaldina, moradora de Serra D’água, contou que a “luta muda o mato, muda a paisagem”, mas também reforça as incertezas dos acampados, que esperam o movimento das *liminares* para poderem definir seus destinos e seguirem em suas *caminhadas*:

Nós saímos da fazenda e fomos para dentro de uma capoeira lá que, cobra até que a gente não via muito não, tinha pouca. Agora carrapato, tinha tanta quantidade, tanta quantidade, que a gente sentia frio quando via nas ramas. Tanto carrapato, carrapato de coleira mesmo, daquele branco, perigoso. A gente não dormia não, a gente passava a noite. As crianças ficaram todas empoladas, muitas tiveram que ir embora para casa por causa de febre. A gente morou dentro da água, dentro do mato, junto com as cobras e com os bichos. Aquele tempo foi sofrido demais (Isaldina, moradora de Brejo dos Crioulos, 2014).

Através da descrição dos meus interlocutores é possível afirmar que, durante a *luta*, vários *movimentos* estão associados. Fazer *retomada* implica em *andanças*, *reuniões*, *tramas*, *estratégias*. No movimento da batida *da caixa*, nas *rodas de batuque* e nas danças, *em festa*. No movimento da construção dos *barracos de lona preta*, na *organização* dos acampamentos e na realização das *tarefas*. Nas movimentações no circuito casa-acampamento.

Por outra perspectiva, como descrito anteriormente, se para os quilombolas suas ações de *retomada* têm efeitos no trajeto dos papéis e geram sua

circulação em diferentes canais institucionais, propiciando o andamento do processo de titulação, os documentos confeccionados pelos operadores do direito também geram efeitos no território quilombola. O movimento das *liminares* implica em saídas às pressas das fazendas, na definição de *estratégias* para *manter o povo em luta* e nas mudanças de última hora dos locais dos acampamentos. Os efeitos desses artefatos também se estendem para além do território quilombola, como é o caso dos advogados e *parceiros* que precisam se movimentar entre as instâncias judiciais e as instituições, mobilizarem documentos e processos jurídicos na tentativa de *derrubar as liminares* e na elaboração das denúncias de violações de direitos, por meio das notas, relatórios e outros documentos.

Reflexões Finais

No decorrer do artigo procurei descrever como a *luta* quilombola em Brejo dos Crioulos é constituída por diversos movimentos. A própria narrativa etnográfica foi elaborada na tentativa de trazer para o texto o caráter de *movimento* que marcou, em diferentes escalas, a pesquisa de mestrado. Para os moradores de Brejo dos Crioulos a *luta* é vivenciada em diferentes momentos e espaços, tanto na vida cotidiana, em suas *labutas* diárias, quanto na multiplicidade dos seus deslocamentos e ações políticas. Em suas *andanças* e *caminhadas*. A *luta* quilombola é constituída pelo movimento de pessoas e coisas.

Nas *retomadas* os quilombolas acabam reinventando as *estratégias* de *luta* dos Sem Terra e trazendo outros elementos do seu modo de vida. Assim como em Brejo dos Crioulos, a forma *retomada* vai sendo acionada por outros *povos e comunidades tradicionais* da região do Sertão Norte Mineiro. Uma linguagem de afirmação e reivindicação de direitos, mobilizada para lidar com a complexidade das relações entre estes coletivos e o Estado¹⁹.

¹⁹ Na região do Norte de Minas Gerais diversos coletivos — quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, caatingueiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, pescadores artesanais — têm recorrido a mobilização destas categorias identitárias de maneira específica, a partir da singularidade de suas reivindicações territoriais, ao mesmo tempo em que se articulam em torno da categoria *povos e comunidades tradicionais*, como uma forma de potencializar suas lutas, alianças e redes.

Ao descrever a *luta* a partir da perspectiva quilombola, busquei evidenciar a incansável resistência dos moradores de Brejo dos Crioulos frente a morosidade e a ambiguidade do Estado, que mesmo reconhecendo os quilombolas como sujeitos de direitos, opera através da morosidade das instituições responsáveis pelo processo de titulação. Mesmo com a criação e implementação dos marcos jurídicos que regulamentam os direitos territoriais dessas populações, os moradores de Brejo dos Crioulos sabem que, para garantirem a efetivação dos direitos quilombolas e a titulação do seu território, precisam continuar a movimentar seus corpos, seguir em suas *caminhadas*, mobilizar a *rede de parceiros* e fazer outras alianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos, identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.43-81.
- _____. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babuçais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto*. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico, vol. 2, PPGSCA – UFAM, Manaus, 2008.
- _____. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*. Vol. 2. São Paulo: UNESP, 2009, p.39-66.
- ARRUTI, José Maurício. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.
- _____. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC, 2006.
- BRUSTOLIN, Cíndia. *Reconhecimento e desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- CHAVES, Christine Alencar. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.
- CHAGAS, Mirian de Fátima. A política de reconhecimento dos 'Remanescentes das Comunidades dos Quilombos'. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)/UFRGS, v. 7, n. 15, p. 209-235, 2001.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: RelumeDumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília.

- _____. Processos de territorialização e o deslizamento na etnicidade quilombola de Agreste. *Argumentos*, v. 7, p. 193-244, 2012.
- CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322.
- DUPRAT, Deborah. *Pareceres Jurídicos: direitos dos povos e das comunidades tradicionais*. Manaus: PPGSCA – UFAM/ Fundação Ford/ PPGDA – UEA, 2007.
- FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. ‘Apenas preencher papel’: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 39-68, 2013.
- figueiredo, André Videira de. *O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico*. Curitiba: Appris, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1997.
- _____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GUEDES, André Dumans. *O trecho, as mães e os papéis: movimentos e durações no norte de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 2011.
- HULL, Matthew S. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 41, n. 1, p. 251-267, 2012.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EdUFBA, [2005] 2012.
- LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da alta Birmânia*. São Paulo: EdUSP, [1954] 1996.
- LEIRNER, Piero. O estado como fazenda de domesticação. *R@U: Revista de Antropologia Social do PPGAS-UFSCAR*, v. 4, p. 38-70, 2013.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, Portugal, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2001.
- _____. Humanidades insurgentes: os conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). *Territórios quilombolas e conflitos*. Vol. 2. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ UEA Edições, 2010, p.17-40.

- LIMA, Deborah de Magalhães. Firmados na terra: a produção do significado de território em dois quilombos de Minas Gerais. In: LEITE, R.; PONTES, I.; CERQUEIRA, E. (Org.). *Terceiro prêmio território quilombolas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012, p. 279-300.
- LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia Carvalho Mesquita. Anthropological Perspectives on Documents: Ethnographic Dialogues on the Trail of Police Papers. *Vibrant*, Florianópolis, v. 11, p. 76-112, 2014.
- LOERA, Nashieli Rangel. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis, 2006.
- _____. Redes Sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo Mancano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.
- _____. Mecanismos sociais da reforma agrária em São Paulo pelo viés etnográfico. *Lua Nova*, v. 95, p. 27-56, 2015.
- MACEDO, Marcelo Ernandez. Entre a ‘violência’ e a ‘espontaneidade’: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/PPGAS/Museu Nacional, v. 11, n. 2, p. 473-97, out. 2005.
- MELLO, Marcelo Moura. Histórias inscritas e escritas em uma comunidade negra rural. *Ruris*, Campinas, v. 5, p. 117-138, 2011.
- MOURTHÉ, Pedro Henrique. *Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- _____; ALVES, Yara de Cássia. Multiplicidades do movimento: um experimento etnográfico sobre duas caminhadas quilombolas. *Cadernos de Campo*, São Paulo, p. 183-201, 2015.
- MUNHOZ, Sara Regina. *A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal de São Carlos. 2013.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terras de quilombo*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995.
- _____. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

- PERIN, Vanessa Parreira. *Um campo de refugiados sem cercas: etnografia de um aparato transnacional de governo de populações refugiadas*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- PINTO, Danilo César Souza. Um antropólogo no cartório: o circuito dos documentos. *Campos*, Curitiba, v. 15, p. 37-55, 2015.
- PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre comunidades negras rurais sul mato grossenses*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, 2010.
- RILES, Annelise. *The Network Inside Out*. Michigan: The University of Michigan Press, 2001.
- _____. *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. USA/The University of Michigan Press, 2006.
- ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. 2004. Tese. (Doutorado em Sociologia) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. A forma movimento como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: GRIMBERG, Mabel; ALVAEZ, Maria Ines Fernandez; ROSA, Marcelo Carvalho. (Org.). *Estado y movimientos sociales: estudios etnográficos en Argentina y Brasil*. Buenos Aires, 2009, p. 53-72.
- SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 58, nov. 2000.
- _____. As condições e possibilidades das ocupações de terra. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, n. 17, 2005.
- VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: Sergio Ricardo Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla Costa Teixeira (Org.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2014, p. 43-70.
- VIANNA, Anna Catarina Morawska. *Os enleios da tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFScar, 2014a. 230 p.
- _____. A trilha dos papéis da usina hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. *Revista Antropológicas*, v. 25, p. 22-40, 2014b.

DOCUMENTOS CITADOS

- RAINHA, Roberto. Quilombolas de Brejo dos Crioulos (MG): a árdua luta pela titulação do território étnico. In: STEFANO, D.; MENDONÇA, M. L. (Org.). *Direitos humanos no Brasil 2013: relatório da rede social de justiça e direitos humanos*. São Paulo, 2013.
- ROCHA, Adriana. *Breve apanhado da diversidade cultural do quilombo brejo dos Crioulos*. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Fevereiro de 2010.
- SANTOS, Elizete Ignacio dos. *Relatório antropológico de identificação e delimitação da comunidade remanescente de quilombo Brejo dos Crioulos*, 2004.
- PROCESSO 54170.008821/2003-12. Comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos.
- SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS (SR-06), INCRA, Belo Horizonte.

